

ADOÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS PARENTO-FILIAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DE PAIS ADOTANTES

Gabriela Matrone Dias e Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

O presente estudo objetivou compreender as dificuldades, sentimentos e vivências relacionadas a construção do vínculo parento-filial em famílias que optaram pela adoção de adolescentes, cabendo a pesquisa verificar quais os desafios e facilidades apresentadas pelos pais ao longo da inserção do adolescente no núcleo familiar, considerando suas expectativas sobre a execução da parentalidade e como elas se manifestam no cotidiano da família, tendo em vista a contextualização complexa pela qual a adoção tardia está inserida. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, via Plataforma Brasil, tendo em vista o seu caráter de aplicação de questionários em seres humanos. A amostra foi composta por 6 indivíduos, sendo 3 casais heterossexuais cujos filhos foram adotados no período médio de 2 anos e meio, com idade entre as idades de 12 e 18 anos e independente de sexo. Ao longo da pesquisa, foi possível concluir que a constituição de vínculos na adoção tardia abrange diferentes desafios pois envolve o processo de adaptação mútua entre pais e filhos à rotina familiar, a história pregressa do filho adotivo que emerge ao longo da convivência e os comportamentos típicos da adolescência que se manifestam no dia a dia família.

Palavras-chave: Adoção Tardia. Parentalidade. Adolescência.

ABSTRACT

The present study has been able to comprehend the difficulties, feelings, and life experiences related to child-parent relationship construction in families which opted to adopt adolescence, being this research responsible to check what are the eases and challenges presented by the parents during teenage' inclusion in the nuclear family, considering their expectations over the parenthood execution and how it manifests on the family's daily, in accordance to the complex contextualization that late adoption has inserted in. The project has been submitted to the Ethics Committee of Universidade Presbiteriana Mackenzie, in Plataforma Brazil, due to its application of questionnaires in human beings. This sample was composed of 6 people: Three Heterosexual couples whose children have been adopted on an average time of Two and a half years, they are between 12 and 18 years old and gender was not considered. Throughout the search, it has been possible to conclude that family ties in late adoption situations include a variety of challenges for the reason that include the reciprocal adaptation process between parents and children into the household routine, The previous adopted child's history that rise

up through the life experience and how this typical teen behavior expresses itself in the family daily.

Keywords: Adoption. Parental. Teenager.

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados coletados no ano de 2020 pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem 34 mil crianças e adolescentes abrigadas em casas de acolhimento e instituições públicas por todo o Brasil, destas, 5.040 estão totalmente prontas para a adoção, em contraposição aos 36.437 pretendentes dispostos a adotar. Destes, 93,8% não desejam o perfil de crianças disponíveis e apenas 0,3% pretendem adotar adolescentes. Ao todo, existem cerca de 77% de crianças e adolescentes entre 03 e 18 anos de idade que se enquadram no conceito de adoção tardia.

Segundo o CNJ, a adoção tardia configura-se como a adoção de crianças acima dos três anos de idade. Diante das estatísticas expostas, é evidente que muitas delas acabam por ficar excluídas do sistema de adoção pois, além do fator da idade mencionado, dados do CNJ afirmam que pretendentes desejam que a criança/adolescente seja branca, preferencialmente do sexo feminino, sem doenças crônicas ou qualquer necessidade específica de saúde. Vistos com preconceitos pela sociedade, Fernandes e Santos (2016) destacam que a cultura vigente facilita a reprodução de estigmas que classificam pessoas institucionalizadas como “crianças-problema”, resultando em situações de abandono e em maior vulnerabilidade de jovens que se encontram alocadas em casas de acolhimento.

Sampaio et al (2018) e Bicca & Grzybowski (2014) mencionam que uma das principais preocupações entre candidatos a adoção refere-se às experiências que a criança ou adolescente obtiveram ao longo de sua vida, seja sofrimentos advindos da família biológica ou durante o período de institucionalização. De certo, os adolescentes tiveram sua história construída sob o cenário de diferentes rupturas e tais situações podem comumente acarretar inseguranças ao construir novas relações, no entanto, a adoção surge como uma oportunidade que possibilita a esses sujeitos um caminho para a constituição de novos vínculos, principalmente ao envolvimento parento-filial (SAMPAIO et al., 2018).

Diante do exposto, o presente estudo objetivou investigar quais os possíveis desafios, sentimentos e vivências relacionadas a construção do vínculo parento-filial em famílias que optaram pela adoção de adolescentes, visando correlacionar as singularidades que permeiam a inserção do adolescente em um novo contexto familiar à abordagem psicanalítica orientada para a teoria do apego. Dentre os objetivos específicos, buscou-se compreender as motivações e expectativas que levaram a família à escolha pela adoção tardia; analisar as vivências ao longo do estágio de convivência; investigar quais são as estratégias necessárias

para o estabelecimento da figura de apego à imagem parental não biológica; compreender a figura do adolescente no contexto familiar junto ao seu sentimento de perda ao longo da permanência em uma nova família e; por fim, examinar o papel dos pais adotantes na manutenção do comportamento psicoafetivo do adolescente adotado tardiamente.

Ademais, o projeto em questão atua em conjunto com o Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie, correspondendo a linha de pesquisa “Justiça, Cidadania e Direitos Humanos”, que busca fomentar estudos e demais iniciativas de incentivo a adoção a fim de aprofundar a temática relacionada a relação parental, produzir conhecimentos acerca do assunto e nortear pretendentes e/ou pais que já realizaram a adoção conforme as vivências relatadas por famílias adotantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A adoção consiste na possibilidade de fundar uma família, senão por conta de vínculos consanguíneos, legitimamente fundada em laços afetivos (SCHETTINI, 2006, p. 286). Este processo é juridicamente validado através da lei 8.069/90, promulgada em 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O artigo 19 garante como direito da criança e do adolescente ser criado e educado em sua família biológica, excepcionalmente, em família substituta; de modo que garanta seu desenvolvimento integral. O estatuto traz avanços importantes ao colocar criança e adolescente como sujeitos de direitos, pessoas com condições peculiares de desenvolvimento e prioridade absoluta (VARGAS, 2013).

Segundo Tinoco (2005), há diferentes motivos para que crianças sejam encaminhadas para instituições de acolhimento, embora todas elas semelhantemente tenham passado pela perda de um ou vários vínculos com seus familiares e com o seu ambiente originário. Essas perdas afetam a ótica pela qual o sujeito conhece o mundo e exige que passe por uma adaptação a uma nova realidade, bem como a construção de novos significados sobre ela. Por conseguinte, é necessário que pais adotivos sejam capazes de integrar as experiências anteriores vivenciadas pela criança no contexto de adoção, dado a sua importância para a constituição da identidade do adolescente e das demais relações que ele desenvolverá ao longo de toda a vida (SAMPAIO et al., 2018).

De acordo com Mendes e Rocha (2017) a Teoria do Apego (TA) descreve como os primeiros vínculos de um indivíduo podem moldar as expectativas futuras dele sobre si e sobre o mundo. Desenvolvida por John Bowlby, a TA pressupõe que o apego é biologicamente definido como uma busca por conforto e segurança, sendo elaborado através de modelos operantes internos, representações mentais dos sujeitos e de suas figuras de apego, de modo a definir posteriormente a maneira com que o indivíduo estabelece suas percepções sobre si e sobre o seu ambiente (BOWBY, 1988).

Para Papalia e Feldman (2013) a adolescência promove crescimento em dimensões físicas, emocional e social, agindo diretamente nas esferas da autonomia, autoestima e intimidade. Adolescentes que possuem uma boa relação com os pais, com a escola e na comunidade tentem a se desenvolver de maneira positiva e saudável. Apesar de o período ser marcado pelo afastamento da família e maior aproximação com os amigos, os autores afirmam que os adolescentes possuem como base de seus valores o que comumente é percebido no comportamento de seus pais, sendo esses uma base segura para que haja uma melhor experimentação de sua liberdade.

Portanto, diante dos diferentes cenários de rupturas vivenciados por adolescentes institucionalizados os empecilhos quanto a vinculação familiar, é preciso levantar a ótica das dificuldades no processo de adaptação aos pais adotivos e o desenvolvimento do processo de filiação, tratando das expectativas parentais, o estabelecimento dos vínculos afetivos e demais vivências proporcionadas à criança em seu período de adaptação à nova família (PAIVA, 2004).

3. METODOLOGIA

O presente estudo elegeu a pesquisa qualitativa, de natureza básica com caráter descritivo, como modalidade de abordagem metodológica, visando analisar os discursos apresentados por pais optantes pela adoção tardia. A pesquisa buscou examinar as similaridades e diferenciações contínuas nas experiências relatadas por diferentes famílias. Ademais, buscou-se a realização de uma revisão bibliográfica a respeito de temáticas relacionadas à adolescência, o exercício da parentalidade adotiva e a formação de vínculos afetivos, apego e perda formuladas pelo psicólogo John Bowlby a fim de correlacionar com detalhamento os aspectos teóricos da pesquisa aos relatos apresentados conforme a vivência de cada família.

Tendo em vista o seu caráter de aplicação em seres humanos, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), cujo CAAE corresponde a 50154621.6.0000.0084 – Parecer nº 5.225.282, sendo igualmente validado conforme os requerimentos do Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Todos os sujeitos que compuseram a amostra obtiveram conhecimento dos objetivos e métodos da pesquisa e o consentimento foi dado por escrito de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os casais foram previamente sinalizados a respeito do sigilo dos dados obtidos, assim como a garantia de anonimato de todos os participantes.

A amostra foi composta por 6 indivíduos, sendo três casais heterossexuais, embora o sexo, opção sexual e gênero não fossem relevantes para a pesquisa. Seus filhos deveriam ter sido adotados entre a idade de 12 e 18 anos, independente de sexo e o tempo médio de

adoção entre os casais foi de 2 anos e meio. Não houve restrições em relação à quantidade de filhos adotivos ou biológicos na família.

Os pais foram recrutados através de grupos de apoio a adoção. O primeiro contato com os participantes ocorreu através das redes sociais, onde foi realizada a verificação dos sujeitos quanto aos critérios de inclusão e exclusão previamente orientados. Em seguida, aos candidatos aprovados, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, onde foram informados todos os riscos, contribuições e demais condições éticas que permeiam a pesquisa, desde a coleta de dados até a organização dos resultados. Por fim, foi realizado o agendamento da entrevista, realizada através de uma plataforma de videoconferência.

De início, a entrevista foi conduzida a partir da narrativa do contexto familiar dos sujeitos, considerando aspectos sociodemográficos (escolaridade, número de filhos, idade, gênero e estado civil). Em seguida, foi redirecionada para as narrativas condizentes às vivências relacionadas à adoção, de modo que se seguiu a apresentação de uma entrevista semiestruturada articulada para compreender a percepção dos pais adotantes a respeito do processo de adaptação de seus filhos adolescentes na família. As questões abordadas permeavam pautas relacionadas à adolescência, expectativas dos pais em relação ao filho adotivo, as dificuldades e facilidades presentes no período de convivência, formulação de vínculos parento-filiais e os demais aspectos que permeiam a convivência no núcleo familiar.

A análise dos dados obtidos foi realizada através da metodologia de análise de discurso e os resultados obtidos foram estruturados em cinco categorias de eixos temáticos a fim de delimitar os conteúdos abrangidos conforme os objetivos do estudo, sendo eles: expectativas e motivações iniciais relacionadas à escolha pela adoção, os desafios relacionados ao exercício da parentalidade adotiva, interferências da adolescência no cotidiano da família, perspectiva parental sobre a constituição de vínculos com o adolescente, aspectos relacionais durante a convivência familiar. Posteriormente, foi elaborada uma cartilha informativa cujo objetivo foi sintetizar os resultados em questão e disponibilizá-los aos alunos matriculados na 9ª e 10ª etapa do curso de Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, dado a sua participação ativa na formação de candidatos à adoção.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao longo da pesquisa, foram entrevistados três casais. Para que a identidade dos participantes fosse preservada, foram utilizados nomes fictícios durante as narrativas apresentadas. Dentre eles estão Maria e Paulo de 42 e 30 anos, respectivamente, casados, apenas Paulo possui dois filhos biológicos de um casamento anterior, juntos adotaram uma adolescente de 14 anos; entre Letícia e Antônio, de 47 e 52 anos, somente Antônio possui

dois filhos biológicos de um casamento anterior e o casal adotou uma adolescente com 12 anos de idade; por fim, Luana e Rogerio com 48 e 47 anos, o casal possui 2 filhas biológicas e Luana tem um filho biológico, juntos também adotaram uma menina de 17 anos. O tempo médio de adoção entre as famílias em relação ao momento da entrevista foi de 2 anos e meio.

4.1 Expectativas e motivações iniciais relacionadas à escolha pela adoção

Estudos demonstram quais as principais motivações apontadas para a escolha da adoção por pais adotantes, sendo de maior predominância a decisão causada pela infertilidade (SAMPAIO et al., 2020; GODINHO, 2016; GONDIM et al., 2008; LEVINZON, 2004). Para Gondim et al. (2008) são três os principais fatores que levam a busca pela adoção, sendo eles a vontade de ter um filho, prestar ajuda a uma criança e a dificuldade em gestar um filho biológico. Autores como Riede e Sartori (2013) também mencionam a possibilidade de escolha sobre o sexo da criança, o preenchimento da solidão e a substituição de um filho falecido. Comumente, a motivação traz consigo a busca parental por alguma satisfação narcísica que precisa ser observada, dado a sua influência no desenvolvimento dos vínculos afetivos. Para isso, os autores afirmam a necessidade de refletir sobre as fantasias envolvidas na relação parento-filial para que haja a prevenção de frustrações baseadas no filho idealizado (SAMPAIO et al., 2020)

Ao observar as narrativas apresentadas pelos participantes, observa-se o predomínio do desejo de exercer a paternidade/maternidade como pretexto fundamental para a decisão de adotar, como afirmado por Maria: (...) Na verdade, eu sempre tive o sonho de ter um filho por meio da adoção, ele [marido] me disse que também tinha, então decidimos juntar as ideias.” Apesar do sonho preliminar, principalmente ao que se refere ao relato das mulheres, outras motivações suplementam essa decisão. Para Leticia e Antônio, a adoção emergiu como uma alternativa após tentativas malsucedidas de gerar um filho biológico. Cansados pelo abalo emocional causado, decidiram participar dos Grupos de Apoio à adoção onde, gradualmente, foram fomentando o desejo por adotar uma criança/adolescente. No caso de Luana e Rogério, o sonho de ser mãe via adoção conciliou com um “acordo” ou “promessa”, segundo suas palavras, ligado à sua religião, sendo este o fator primordial para que o casal tomasse a iniciativa, conforme mencionado por Luana “(...) então foi isso que me fez agir, porque eu sempre tive essa vontade. Embora eu saiba que tu não vai simplesmente adotar alguém porque você fez uma promessa, porquê senão não ia funcionar.”

Diante do exposto, nota-se que as motivações que levaram os casais a optar pela adoção são heterogêneas, sendo que todas elas correspondem a aspectos relacionados ao histórico de cada família e de cada sujeito individualmente, haja vistas que suas vivências são

compostas por desafios, sonhos e objetivos que culminam na concordância e no desejo do casal em realizar a adoção.

Posto que há mais adolescentes cadastrados no sistema de adoção do que pretendentes que desejam adotá-los, fez-se necessário compreender quais as razões pelas quais os participantes da pesquisa escolheram a adoção tardia, levando em consideração a difícil anuência de outros pretendentes à adoção de crianças/adolescentes entre 3 e 18 anos.

De acordo com Fernandes e Santos (2019), a decisão por essa modalidade de adoção é influenciada pelo excesso de cuidados que precisam ser direcionados a um bebê. Acredita-se que uma criança com poucos anos de vida exige maior tempo, dedicação e disponibilidade de seus pais, em contraposição à criança maior, que já possui maior compreensão do mundo e o domínio de suas próprias vontades. Igualmente, Bicca e Grzybowski (2014), mencionam que a adoção tardia é mais “tranquila” e “vantajosa” devido a maior independência e a maneira mais ativa pela qual a criança/adolescente interage. De mesmo modo, os participantes da pesquisa apresentaram justificativas semelhantes para explicar quais as principais motivações os levaram a adotar um adolescente, como mencionado por Antônio “(...) ia ser muito mais difícil porque a gente já tem uma rotina diferente, uma rotina que talvez pra dar mais atenção pra esse bebê teria que mudar muito mais coisas.”

Embora esse seja um discurso comum, Sampaio et al. (2020) descreve que tais justificativas corroboram para a construção de mais um mito relacionado a adoção tardia.

“Ao adotarem uma criança maior, os pais adotam também o bebê que as constitui e que faz parte de sua história. Assim, momentos de regressão por parte da criança são evidenciados numa tentativa de reestabelecer o cuidado que anteriormente possa ter se apresentado como faltoso ou insuficiente. Também, compreende-se que essa regressão pode ser um recurso estruturante do vínculo, de modo que este seja sedimentado sob bases de trocas emocionais primitivas. [...] Na medida em que os pais são capazes de renunciar à ideia de que não precisam lidar com um bebê, se torna possível acolher as atitudes regredidas dos seus filhos, oferecendo espaço para elaborações importantes para a construção do vínculo parento-filial.” (SAMPAIO et al., 2020, p. 12)

Do mesmo modo, dois dos casais mencionaram a importância da equipe profissional da Vara da Infância e da Juventude, equipe de psicólogos e demais grupos de discussão para a tomada de decisão na hora de definir o perfil do filho desejado. A participação dos candidatos em Grupos de Apoio à adoção são fundamentais para a preparação dos pretendentes, visto que se trata de um espaço que proporciona a troca de vivências que geram reflexão e desmitificação sobre as adoções tardias, atuando como um instrumento relevante para a redução de estigmas e preconceitos ligados à temática (Sampaio et. al, 2020). Em meio às razões que levaram aos casais a optar pela adoção tardia ou a mudança de perfil, é notável o desprendimento quanto a preferências para o filho esperado, como mencionado por Luana

“(...) eu considero muito frio [o processo], que na verdade quando tu engravida tu não sabe qual o teu perfil. Você não sabe qual criança vai pegar no colo. No final, tu pode até deduzir que vai pegar uma criança com um cabelo assim, daí tu vai olhar pro seu histórico genético, mas é só isso.” Entre os outros casais, também houve desprendimento em relação à gênero, cor, raça ou qualquer outra atribuição relacionada às características da criança/adolescente, conforme pode-se observar no relato de Leticia “(...) a decisão foi ‘é um filho’ não importou cor, sexo, deficiência ou não. Era um filho que tava disponível e era adolescente. Não teve uma decisão.” Destaca-se um único impedimento relatado por Maria e Paulo, que se refere a deficiência física e mental, já que a família não poderia arcar financeiramente com as necessidades do adolescente.

De acordo com Levinzon et al. (2015) a adoção, assim como a gravidez, constitui-se como um projeto, um sonho que, embora encaminhado, se torna imprevisível aos olhos da família que aguarda. Em meio às dificuldades de encontrar crianças que estejam alinhadas ao projeto de família idealizado, é comum que muitos pretendentes recorram à desistência ou a alteração do perfil da criança, como ocorrido com Maria e Paulo, Leticia e Antônio, o que pode servir como recurso para a flexibilidade quanto ao perfil do casal. Adjacente a isto, é importante destacar o importante trabalho realizado por grupos de apoio à adoção e demais instituições envolvidas no processo pois, através deles, é possível adaptar as expectativas da família conforme a realidade vigente.

4.2 Os desafios relacionados ao exercício da parentalidade adotiva

Antes de compreender quais foram os desafios enfrentados ao longo do exercício da parentalidade adotiva, fez-se necessário investigar se houve e quais foram os momentos primordiais para o autorreconhecimento dos participantes como figuras parentais de seus filhos adotivos. Schettini et al. (2006) mencionam que a vinculação afetiva no período do inicial exige tempo e esforço para que a criança se sinta confortável com o ambiente e que os pais possam compreendê-la como filho, bem como desprender-se das idealizações e encarar a criança como um sujeito que possui suas próprias vontades, qualidades e dificuldades. Para Levizon (2020) o exercício da parentalidade não se limita ao processo biológico de gerar um filho, mas sim, depende de um envolvimento psíquico complexo que pode se estender por muitos anos de convívio familiar, representando uma ligação especial e necessária entre as duas partes.

Embora a literatura destaque a importância do tempo de convívio para o desenvolvimento da ligação parento-filial, é possível verificar nos discursos dos participantes a identificação imediata com os seus filhos adotivos, sendo que tal reconhecimento pode ser observado em todos os casais, como mencionado por Maria “Logo no momento em que ligaram, disseram

que ela estava disponível e eu disse ‘ eu quero, é minha filha e eu tô indo aí buscar.’ Segundo o ECA, é recomendada uma aproximação gradativa entre a família e o adolescente para que ocorra uma despedida dos vínculos estabelecidos até então, assim como um tempo de construção de novas relações. O Estatuto ainda informa que, caso o processo de vinculação seja construído antes da finalização do período estabelecido, este estágio pode ser dispensado. As expectativas parento-filiais anteriormente mencionadas podem ser igualmente observadas nos relatos que envolvem múltiplas tentativas de aproximação com o adolescente, entende-se que este período foi amplamente marcado por ansiedade mútua, que só era amenizada no final de semana, dias de reencontro entre adolescente e familiares.

Apesar da empolgação inicial, todos os entrevistados afirmam ter passado por um período de “lua-de-mel” durante o início da convivência, momento em que a criança/adolescente passa a conviver de maneira integral com a família. De acordo com Weber (2011), a criança no início do contato com os adotantes pode mostrar-se muito querida e até submissa, mas ao adquirir maior confiança na relação pode passar a demonstrar comportamentos de raiva contra os pais adotivos, como um teste para verificar que desejam tornar-se pais dela. Preliminarmente, as famílias afirmam que seus filhos adotaram uma postura tranquila e, muitas vezes, passiva. No entanto, os meses subsequentes a inserção do adolescente no núcleo familiar fora marcada por grandes desafios relacionais e comportamentais. Para Paulina et al. (2018) o filho adotivo comumente busca testar o vínculo com os novos pais, apresentando comportamentos que objetivam certificar-se de que não será devolvido, como uma forma de sentir-se seguro.

Segundo os participantes, a compreensão do adolescente de que a adoção é irreversível e de que ele não será rejeitado possibilita que, com o passar do tempo, ele passe a demonstrar verdadeiramente quem ele é, sem máscaras ou omissões, como mencionado por Paulo: “Acho que ela foi relaxando quando percebeu que estava adotada, viu que ela não precisava mais ser aceita.” Em relação às dificuldades apresentadas, Antônio menciona: “No começo era tudo flores, mas depois, porque ela tem um gênio forte e que a gente precisa respeitar a gente precisa falar - toma cuidado que as outras pessoas também têm sentimentos.” O casal relata que ao longo do primeiro ano foi necessário pedir ajuda de diferentes profissionais, como um psicólogo particular e outro do fórum, além de conversarem com uma assistente social. A respeito da busca por ajuda, Letícia menciona: “(...) eu falei - a gente não tá conseguindo se relacionar (...) eles disseram que realmente é normal. Aliás, tudo é normal pra eles, mas é aquilo também, eles sabem (...) eles orientam que é assim mesmo, que vai acontecer outras vezes e que a gente precisa estar preparado.” Apesar dos desafios, é notável o empenho e a paciência com a qual os responsáveis dizem lidar com os momentos de dificuldades. Aliás, para que seja possível desenvolver o senso de pertencimento e

confiança, é necessário que as necessidades do adolescente sejam atendidas com paciência e afeto, o que propicia melhorias no relacionamento familiar (Bento, 2008).

Os relatos dos casais também revelam os obstáculos do filho adotivo em se vincular com uma das figuras parentais, visto que dois dos adolescentes, filhos de Paulo e Maria, Luana e Rogério, apresentaram dificuldades em se aproximar da figura materna ou paterna, o que o casal compreende ser resultado de algo vivido em seu passado. Para Andolfi (2002), estudos sobre apego revelam que as perdas sofridas por crianças adotadas resultam em traumas que afetam o seu desenvolvimento psicoafetivo. Segundo Paulina et al. (2018) grande parte dos adolescentes possui apegos e memórias importantes sobre a sua convivência com a família biológica, cabendo a família adotiva lidar com essas lembranças a fim de construir uma nova narrativa.

Luana acredita que os problemas de sua filha com a figura materna começaram a ser evidentes quando passou a expor suas críticas sobre comportamentos inadequados que a adolescente vinha apresentando, gerando o afastamento entre as duas, embora ela afirme que, de início, ambas nutriam uma notável aproximação “Ela acha que mãe pra ela é pra realizar os desejos dela e isso é muito frustrante (...) o problema dela é com o papel de mãe, por isso tudo comigo fica mais pesado.” Diante da problemática com a figura materna, cabe mencionar a presença ambivalente da mãe biológica da adolescente em sua vida. Segundo a participante, a jovem enfrenta obstáculos para compreender as motivações que fizeram sua genitora deixá-la sob a tutela do Estado e, apesar de tudo, alimenta uma sutil proximidade com a sua família originária. Rogério e Luana afirmam que a menina ainda nutria expectativas de voltar para a sua família biológica, o que causou em nela uma série de inquietações ao longo do processo de vinculação adotiva. Logo, observa-se a somatória da bagagem que a adolescente possui a respeito da família biológica, junto às expectativas não atendidas sobre a família adotiva, ocasionam em diferentes conflitos que afetam Luana diretamente, como é possível observar em seu discurso: “Eu acabo esquecendo de mim, esqueço inclusive das outras duas (...) hoje eu não tô bem, eu não durmo direito, vou trabalhar ferrada, depois de dois dias você entra em crise de novo e mesmo assim não muda de atitude”.

Para Maria e Paulo, os avanços com sua filha foram positivamente significativos, embora tenha ocorrido um pequeno sobressalto no reconhecimento da figura paterna, conforme relatado por Maria “De início ela queria ser adotada por uma mulher. Ela não queria ter pai, tinha uma cisma.” No entanto, fica evidente a evolução em sua afirmação posterior: “Ela tem muito orgulho de dizer que se parece com o pai.” De mesmo modo, Antônio afirma: “No começo ela começou a me chamar de tio, mas a gente não via como uma dificuldade, talvez uma vergonha ou um receio, foi com o tempo que ela começou a nos chamar de pai e mãe.”

Diante do exposto, é preciso salientar que, embora o reconhecimento parental tenha ocorrido imediatamente para todos os casais, as relações percorrem uma série de desafios que precisam ser enfrentados. O filho ideal, aos poucos, abre margem para o surgimento do filho real junto a sua identidade e história, causando angústias devido à quebra de expectativas, tanto parentais quanto filiais, desenvolvidas anteriormente. O uso da nomenclatura pai/mãe aparecem como importante elemento de validação do envolvimento afetivo entre as partes. Embora haja receio do adolescente, seja por razões ligadas ao seu passado ou sentimentos como vergonha ou timidez, o respeito ao tempo e aos sentimentos de seus filhos se sobressai entre os casais, sendo uma importante escolha para que o adolescente tenha o seu próprio processo de identificação do seu espaço na família, bem como o espaço do outro na relação parento-filial. Sendo assim, é importante que os pais adotivos se comuniquem constantemente e estejam emocionalmente preparados para o acolhimento da história de seu filho a fim de garantir maior aceitação e confiança do adolescente à nova família (SCHETTINI et al., 2006).

4.3 Interferências da adolescência no cotidiano da família

A adolescência é caracterizada como um período de diversas mudanças sociais, emocionais e afetivas. Uma das principais alterações cognitivas da puberdade se refere a intensificação do raciocínio lógico do adolescente diante das demandas parentais. Esse fenômeno, muitas vezes, resulta em um ambiente conflituoso devido ao enfrentamento e questionamento de ações disciplinares propostas pelos pais. A dificuldade da família em lidar com a ambivalência entre os comportamentos de obediência e subordinação da pré-adolescência, em contraposição à resistência da adolescência, são fatores que estigmatizam a maturação como um período complexo e fatigante (SANTROCK, 2014). Segundo Papalia e Feldman (2013), estes são estigmas que reforçam a adolescência como um período rebeldia, tumulto emocional, conflito familiar, impulsividade e rejeição de valores não ocorrem exclusivamente devido a ordem do desenvolvimento, mas principalmente por conta da relação familiar a qual o adolescente está envolvido, posto que relações instáveis, imersas em diferentes problemáticas, podem repercutir em adolescentes igualmente inconstantes.

Diante do exposto, destaca-se que adolescentes anteriormente institucionalizados possivelmente passaram por uma difícil trajetória permeada por violência, rupturas e abandono, o que pode suscitar em algumas das queixas mencionadas pelos participantes, visto que todos os casais afirmam que comportamentos conflituosos frequentemente ocorrem ao longo da convivência familiar. A rebeldia, dificuldade em lidar com limites, diferença de hábitos, as influências culturais contemporâneas e a construção de novos relacionamentos com os amigos da escola são as principais preocupações da família.

Ao longo das entrevistas, é possível observar a apreensão dos casais em relação aos comportamentos de seus filhos. Paulo menciona preocupar-se constante com as amizades de sua filha, assim como as músicas e as roupas que ela costuma usar e menciona: “(...) é algo que a gente já tá deixando ela no eixo, dentro de um ano eu nunca tive uma conversa tão séria quanto eu tive ontem”. Para Luana, questões como drama, imediatismo e inconsequência também marcam a relação familiar: “Adolescente tá começando a vida, mas parece que vai morrer no outro dia. O adolescente já sofre bastante, agora imagina ter uma história pregressa que já causa sofrimento.” Em todos os relatos, é possível observar a clareza com que os pais conseguem separar comportamentos fatigantes da adolescência em paralelo a personalidade de seu filho, assim como a compreensão de que algumas de suas atitudes podem ser acentuadas devido a demandas emocionais correlacionadas a sua história pré-adoção. Além do mais, é notável o choque de culturas entre pais e filhos, tendo em vista o reconhecimento de que muitos dos comportamentos intoleráveis remetem a uma característica geracional, conforme revelado por Leticia “(...) também vejo que é uma questão normal que aparece também em famílias biológicas. Tem muito o conflito de geração. A geração de hoje é muito diferente no comportamento e criação se comparado com a gente.” Para Paulo, o cenário atual é preocupante, ele acredita que a adolescência está “perdida”, se preocupa com o excesso de vulgaridade e reforça que é preciso chamar a atenção de sua filha para não virar “bagunça”.

Um dos conflitos latentes mencionadas na conversa com Luana e Rogério remete aos desafios em meio a transição adolescência à vida adulta que sua filha, agora com 18 anos, está enfrentando, já que a adolescente se mostra imobilizada diante dos rumos que deve tomar em relação a sua vida. É sabido que, socialmente, a saída do ensino médio é marcada por diferentes exigências quanto o ingresso na universidade e/ou a procura por um emprego formal. Tais exigências são um marco importante para a efetivação do adolescente como adulto funcional capaz de arcar com diferentes responsabilidades. Conforme Santrock (2013), o vínculo familiar constitui-se como um importante instrumento para o desenvolvimento da autonomia na adaptação bem-sucedida do adolescente ao mundo. Para o autor, a adolescência é marcada pelo interesse do indivíduo em se tornar um sujeito autônomo, com capacidade para gerir suas próprias necessidades.

No entanto, a estagnação do adolescente diante de tais expectativas causam angústias em algumas famílias, como observado na fala de Rogério: “É complicado agora esse momento em que ela fez dezoito anos e não tá se mexendo, isso mata muito como pai porque é minha filha e não tá indo. Então são esses os momentos em que eu vejo a paternidade falando. Eu não sou tão emotivo assim, então tanta coisa não mata assim, com tanta contundência.” Denota-se que parte da inércia da adolescente em meio à situação envolve uma somatória

de adversidades emocionais relacionada a adoção, sua história precedente a ela e as próprias expectativas de seus pais sobre os próximos passos a serem tomados, conforme mencionado por Luana “(...) é bem complicado, bem difícil. Tanto que ela se formou agora o ano passado e agora, sei lá, acho que se perdeu e ela ficou sem objetivo nenhum. Ela só quer dormir o dia inteiro, sempre deprimida, chorando, não quer ajudar em nada, não quer colaborar com nada (...) ela tava comprometida com a escola, mas parece que aquilo acabou e não sobrou mais nada, porque nem a família ela não entendeu que precisa de um comprometimento”. Apesar dos obstáculos e da preocupação, são evidentes os esforços da família em compreender que os desafios enfrentados pela adolescente podem ser passageiros, como mencionado por Rogério “Eu não tenho dúvidas de que ela vai se dar bem na vida. Tem essa janela agora de baixa que eu acho que é até oportuno por ser um divisor de águas, ela chegou aqui na família, terminou o ensino médio, não vai perder a família”.

Para Fernandes e Santos (2019) a criança no contexto da adoção tardia é permeada por lembranças de situações passadas e há grandes chances que de essas vivências tenham sido experienciadas de maneira sofrida, embora o repertório em questão não seja de fácil acesso aos pais adotivos. No entanto, alguns dos comportamentos apresentados como negativos em relacionamentos provenientes da adoção estão igualmente presentes nas relações entre pais e filhos biológicos, sendo eles a desobediência, rebeldia e os maus hábitos, porém, tais problemas não merecem receber tanta significância, uma vez que a família deve se atentar enfaticamente a forma com que buscam enfrentar estes desafios (WEBER, 1998).

4.4 Aspectos relacionais durante a convivência familiar

Para Sampaio et. al (2018, p. 316) a rotina nas instituições de acolhimento, muitas vezes, não favorece o aprendizado de cuidados essenciais. A predominância da função assistencialista, somada à falta de estrutura dessas instituições, fragiliza o compromisso voltado ao desenvolvimento da infância e da adolescência. De maneira geral, todos os casais afirmam que as instituições de acolhimento cumprem com um papel fundamental na educação e manutenção dos cuidados com as crianças/adolescentes, no entanto, são enfatizados problemas de convivência originários por maus hábitos apreendidos em casas que acolhimento que colidem com a dinâmica já existente na família, como a ausência de entendimento sobre as necessidades do próximo, higiene e organização, comumente mencionados como “dificuldade de convívio em comunidade” pelos familiares. Uma pesquisa realizada pelos autores também demonstra que as principais adversidades durante a adaptação de adolescentes em uma família adotiva estão relacionadas a imposição de regras, o comportamento agressivo, falta de segurança jurídica, atraso escolar, regressão infantil e adaptação à rotina familiar, relatos similares às narrativas mencionadas pelos casais

entrevistados, com exceção da violência e insegurança jurídica, que apareceram com menor frequência.

Ao longo da convivência, famílias descrevem a dificuldade de entendimento do adolescente sobre as novas regras existentes e, diante disso, surgem comparações quanto a vida que levavam nas casas de acolhimento, como mencionado por Maria: “Ah as vezes ela dizia ‘ah mãe no abrigo acontecia isso e isso’ e eu precisava dizer que aqui não é o abrigo, é diferente. Então no abrigo e nem antes não teve aquela disciplina.” Igualmente, Antônio também destaca: “O choque maior são os limites, existem normais e precisam ser passados. Tem o tempo que você pode estudar, de lazer, de brincar, mas precisa ter regras. Eles não tinham limites, eles tinham essa lembrança que na casa biológica deles não tinha hora pra chegar, ficava na rua, então existia essa falta de limites”.

Durante a entrevista, surgiram relatos sobre os obstáculos que os adolescentes enfrentam quanto ao estabelecimento de relações com outras figuras familiares adjacentes à adoção, como irmãos, primos, tios, avós etc. Dois dos casais entrevistados revelam que seus filhos possuem entraves para relacionar-se com outras pessoas na família, sendo esses obstáculos interpretados como falta de interesse do adolescente. Apesar disso, nota-se uma maior desenvoltura para o envolvimento entre irmãos, possivelmente por conta da maior convivência no dia a dia, bem como o papel dos pais como mediadores da relação. Cabe destacar que a adoção tardia, ao que envolve a constituição de novos vínculos parento-filiais se trata de um campo complexo e dificultoso para muitos dos adolescentes, no caso, ampliar o campo para novas figuras familiares pode ser ainda mais desgastante, sendo necessário tempo, esforço e entendimento sobre os limites do adolescente ao longo do processo de desenvolvimento vincular.

4.5 Perspectiva parental sobre a constituição de vínculos com o adolescente

Há tempos a psicologia do desenvolvimento fomenta importantes contribuições para a compreensão do desenvolvimento afetivo entre figuras parento-filiais, bem como as possíveis complicações geradas pela separação nos primeiros anos de vida da criança. John Bowlby enfatiza a importância dos vínculos afetivos para a constituição da personalidade, das emoções e das interações relacionais de cada sujeito.

Bowlby (1981) revelou que o desenvolvimento saudável da personalidade de uma criança está relacionado ao seu envolvimento com uma figura de apego. Para isso, é necessário vivenciar uma relação calorosa, íntima, contínua e propensa a despertar satisfações com ao menos uma figura parental. Segundo o autor, a convivência com uma família emocionalmente disponível capaz de promover apoio e compreensão funciona como um estímulo que propicia

autonomia, uma ótica positiva sobre o mundo e às outras pessoas, resultando em relacionamentos satisfatórios ao longo da vida, além de facilitar para que a criança seja capaz de explorar de maneira segura o ambiente ao seu redor.

No entanto, é sabido que nem todas as crianças vivenciam experiência positivas ao longo de sua formação, visto que muitas delas precisam lidar com a perda precocemente. De acordo com Bowlby (1981) a separação é adjacente ao luto, seja por abandono, afastamento familiar em decorrência da vulnerabilidade a qual se encontra, bem como a morte ou doença. Por consequência, a ausência a longo prazo de figuras de apego receptivas e acessíveis evoca angústia, necessidade exacerbada por afeto, sentimento de vingança, culpa e depressão.

Para Bowlby (1998), estabelecimento de uma figura de apego nos anos iniciais do desenvolvimento parte da necessidade de garantir proximidade com algum indivíduo claramente identificado, de modo a conquistar o sentimento de segurança baseado em um sujeito de referência que seja mais apto para lidar com o mundo. Conquanto, a teoria do apego pode ser observada em duas dimensões, sendo o “comportamento de apego” comumente desenvolvido por uma ampla gama de indivíduos ao longo da vida, enquanto o “apego” é direcionado a um campo mais restrito de pessoas pelas quais é possível obter confiança. Para Paulina et al. (2018), a teoria em evidência destaca a possibilidade de reconstrução dos vínculos afetivos e reconstrução dos sentidos dos laços do passado.

No contexto da inserção de uma criança em uma nova família, Bowlby (1985) menciona que não é necessário que haja o desprendimento de lembranças anteriores para que uma nova relação parental seja bem-sucedida. No entanto, é comum que a criança tenha dificuldades em estabelecer vínculos, posto o medo lidar com a perda novamente, sendo relutante para não se machucar novamente, bem como não magoar outras pessoas, posto isso, o autor ressalta:

E não apenas seu próprio coração; ela tem medo, também, de partir o coração de outras pessoas a quem possa amar, porque pode, igualmente, despejar sua raiva sobre elas. Este é o tipo de sentimento que está por trás do fato de a criança se fechar em si mesma. (BOWLBY, 1981, p. 58).

Os casais entrevistados apresentam diferentes argumentações a respeito do processo de formulação vincular, no entanto, aspectos como segurança, carinho, cuidado e intimidade foram amplamente utilizados para nomear os sentimentos que permeiam a maturação relacional, ou o processo dela. Para Maria e Paulo, os vínculos aconteceram de maneira natural, sem grandes esforços para além da promoção de um ambiente acolhedor para as demandas da adolescente. Embora sua filha se mostrasse receosa e tímida no período de adaptação, o casal afirma ter desenvolvido uma boa relação com ela e que as dificuldades que surgem possivelmente ocorrem devido a demandas da adolescência, não com relação a

negação ou inadaptabilidade da jovem ao núcleo familiar. O casal destaca que sua filha é muito carinhosa com ambos, está disponível para a escuta e é muito apegada ao pai e a mãe. Para o casal, manter o bom humor, o diálogo e o respeito quanto ao tempo da adolescente para se adaptar à nova família foi fundamental, como mencionado por Maria: “Tem sim a dificuldade, mas não por ser adoção. Tem dias que ela vai responder, tem dias que os meus outros filhos vão responder e tem dias que a gente como pais também não estamos bem. (...) Quando a gente tá errada nossos filhos também podem nos chamar atenção. Eles podem falar onde é que a gente tá errando e a gente também pode pedir perdão”.

Para os demais casais a vinculação parento-filial está ocorrendo de maneira gradual e cada família relata vivenciar diferentes desafios ao longo da convivência. No caso de Letícia e Antônio, há dificuldade em compreender os sentimentos e necessidades de sua filha, que muitas vezes são omitidos a fim de não incomodar, visto que adolescente busca lidar com diferentes demandas sozinha. Para a família, é importante investigar a partir do diálogo quais as demandas da adolescente, enfatizam que parte do processo de vinculação envolve a promoção de carinho, manejo ao conversar, a compreensão sobre as reações de sua filha diante das adversidades, assim como a aceitação de suas origens e memórias. Estas estratégias permeiam o campo da vulnerabilidade e da intimidade, sendo necessárias no dia a dia, como Luciana afirma: “Todas essas barreiras ela só vão caindo quando acontece, que você mostra quem você é e como reage e ela vai entendendo. É uma adaptação de toque, de sentimento, desse momento que você chega e chora mesmo e diz ‘filha estou muito triste com você’ e não ficar se escondendo. Isso vai criando vínculo e intimidade.”

Luana e Rogério, demonstram não estar completamente seguros quanto aos vínculos desenvolvidos com sua filha. Destaca-se, neste caso, que as dificuldades relacionais surgem a partir da hipótese de que a adolescente possui uma condição de saúde mental que gera obstáculos quanto a formação vincular em diferentes contextos. Assim sendo, a circunstância em questão surge como um desafio a ser enfrentado pela família, o que gera inseguranças quanto a relação entre pais e filha, como mencionada por Luana: “Quando a psicóloga me falou eu realmente compreendi com o que eu estava lidando, que realmente tem uma dificuldade de vínculo, o ‘não’ pra ela é difícil porque ela quer coisas fora da realidade e as vezes, da parte dela, eu me questiono se realmente há esse vínculo ou se ela tá numa posição de ‘ah saí do abrigo e estou num lugar melhor até poder me virar’”. O entendimento quanto a relação com sua filha é repleto de ambivalências. Ao mesmo tempo em que afirma temer que a adolescente não esteja entregue à relação, a mãe acredita ter grandes avanços quanto a formação vincular com a jovem, como diz: “Eu percebo que tem um vínculo porque, por exemplo, ela tá com a gente há quatro anos e ela não tem amigos. Os amigos não duram três meses, não vira de ano porque ela realmente tem essa dificuldade de se vincular.” Por outro

lado, Rogério diz não acreditar que a relação é sólida e Luana completa dizendo: “Talvez a gente tenha um medo inconsciente de perder esse vínculo então acaba sendo mais condescendente.” Como tentativa de aproximação emocional, o casal procura promover um espaço de acolhimento afetivo, no entanto, afirmam ser temerosos por julgar qualquer passo errôneo como uma possível motivação para perder a proximidade que conquistaram, como mencionado por Luana: “A gente meio que ficava pisando em ovos para se, por acaso, meio que estourar não estragar aquilo que tinha conseguido. É bem desgastante”.

Embora tenham sido destacados diferentes obstáculos quanto a vinculação em duas das famílias, todos os pais afirmam que seus filhos se sentem seguros no ambiente familiar e que estão confiantes quanto as estratégias que fomentam para a construção de um espaço familiar acolhedor aos adolescentes, sendo elas o diálogo, o acolhimento da bagagem anterior a adoção e a resiliência para a construção de novas narrativas.

Em relação ao futuro de seus filhos, as famílias se mostram positivas quanto a influência de sua criação. Todos os casais mencionaram que desejam que seus filhos sejam íntegros, que sejam bondosos e realizados com a sua identidade e sua história. Destaca-se também o desejo de que seus filhos façam suas próprias escolhas, sejam capazes de agir no mundo como sujeito autônomos capazes de lidar com as suas próprias demandas, sejam elas financeiras, relacionais e/ou pessoais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão objetivou compreender as dificuldades, sentimentos e vivências relacionadas a construção do vínculo parento-filial em famílias que optaram pela adoção de adolescentes. Com base nas respostas obtidas pelos casais, foi possível observar que cada família apresenta diferentes experiências quanto ao processo de inserção do adolescente no núcleo familiar concomitantemente ao processo de constituição relacional pautada na intimidade e confiança entre as partes.

Diante das narrativas, foi possível observar que, embora as famílias tenham sido previamente orientadas quanto as expectativas sobre os filhos adotivos, a período que antecede a adoção foi marcado por grandes expectativas responsáveis pela formulação de um filho ideal. Ao longo da construção vincular com o adolescente, são perceptíveis as inquietações conforme o encontro com o filho real, que apresenta consigo sua história, seus diferentes costumes, hábitos, pensamentos e comportamentos. Apesar dos desafios, é notável que a maioria dos casais encara as dificuldades de maneira positiva e enfatizam que é somente após o processo de encantamento inicial que se é possível conhecer o filho real e, assim, dar os primeiros passos para a formação da relação parento-filial.

Com relação a adolescência, há de fato preocupações relacionadas às recentes descobertas de seus filhos e como isso afeta a relação familiar, bem como o seu futuro individual. Contudo, todos os casais demonstram-se dispostos a orientar os seus filhos através do diálogo, vivenciar essa fase do desenvolvimento de maneira conjunta ao mesmo que pontuam as regras e limites para que seus filhos possam desenvolver novos compromissos e responsabilidades.

Em relação a constituição vincular, é evidente que se trata de um processo longínquo, porém a maturação do relacionamento entre pais e filhos depende dos obstáculos e facilitações de cada sujeito pertencente à relação. É importante destacar a importância da rede de apoio adjunta a família – composta por psicólogos e assistentes sociais – para que tanto o adolescente quanto as famílias recebam orientação adequada sobre as dificuldades que emergem ao longo da convivência.

Por fim, é necessário enfatizar os limites que permeiam a pesquisa em questão, sendo necessário fomentar novos estudos com maior diversidade entre os entrevistados, cabendo uma análise em famílias monoparentais e homoafetivas a fim de investigar as similaridades e diferenciações entre os conteúdos narrados.

6. REFERÊNCIAS

ANDOLFI, M. A crise do casal. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 20 mai. 2021.

BENTO, Rilma. Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. **Psicologia: Teoria e prática**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 203-214, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200016. Acesso em: 15 nov. 2021.

BICCA, Amanda; GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 2, n. 7, p. 156-167, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-34822014000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 02 mar. 2022.

BOWLBY, J. Apego e Perda: Separação, angústia e raiva. 3°. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOWLBY, J. Apego e perda: apego, 1° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BOWLBY, J. Cuidados maternos e saúde mental. 1° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BOWLBY, J. Perda, tristeza e depressão. 1° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

BOWLBY, J. Uma base segura – Aplicações clínicas da teoria do apego. 1°. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, M. B.; DOS SANTOS, D. K. Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 28, n. 63, p. 67–88, 2019. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/433>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller *et al.* FAMÍLIAS ADOTIVAS: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 283-293, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jwzdcW4n8Wj3GCN7tvZrykh/?format=pdf&lang=pt>Acesso em: 24 out. 2021.

GODINHO, E. GIACOMOZZI, A. I.; NICOLETTI, M.; M. As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. **Psychologica**, v. 58, n. 1, p. 41-64, 2016. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_58-1_3. Acesso em: 18 ago. 2022.

GONDIM, Ana Karen *et al.* Motivação dos pais para a prática da adoção. **Boletim de Psicologia**, João Pessoa, v. 58, n. 129, p. 162-169, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004. Acesso em: 05 abr. 2022.

LEVINZON, G. K. Adoção: clínica psicanalítica. 1º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

LEVINZON, G. K. Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos. 2º ed. São Paulo: Blucher, 2020.

LEVINZON, Gina Khafif. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 07, p. 10-17, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2631>. Acesso em: 26 mai. 2022.

MENDES, A, Lorena Sena Teixeira; ROCHA, B, Neusa Sica da. Teoria do Apego: conceitos básicos e implicações para a psicoterapia de orientação analítica. **Revista Brasileira de Psicoterapia**: RBPsicoterapia, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 1-15, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848521>Acesso em: 15 fev. 2022.

PAULINA, E. *et al.* Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva de pais adotantes. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 77 – 36, junho, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008. Acesso em: 12 abr. 2022.

PAIVA, L. D. D. Adoção: significados e possibilidades. 1º. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PAPALIA, Diane E. FELDMAN, Ruth Duskin (Colab.). Desenvolvimento Humano. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

RIEDE, J. E., & SARTORI, G. L. Z. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 2007.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller *et al.* FAMÍLIAS ADOTIVAS: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 283-293, ago. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/pe/a/jwzdcW4n8Wj3GCN7tvZrykh/abstract/?lang=pt#:~:text=Famílias%20adotivas%3A%20identidad%20y%20diferencia&text=Fatores%20conscientes%20\(a%20esterilidade%2C%20as,precisam%20ser%20considerados%20e%20trabalhados](https://www.scielo.br/j/pe/a/jwzdcW4n8Wj3GCN7tvZrykh/abstract/?lang=pt#:~:text=Famílias%20adotivas%3A%20identidad%20y%20diferencia&text=Fatores%20conscientes%20(a%20esterilidade%2C%20as,precisam%20ser%20considerados%20e%20trabalhados). Acesso em: 24 out. 2021.

SAMPAIO, Débora da Silva *et al.* Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em Estudo**, Rio de Janeiro, p. 2-15, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/P93VKZpqBjD6HF8XngDgCjF/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SAMPAIO, Débora da Silva *et al.* Pedras no Caminho da Adoção Tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 01, p. 311-324, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/Cx4bFKrqtTrPzL3vHsbCZmD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. 14°. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2014.

SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO - SNA. **Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, 2021. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=bd4aac53-8097-45df-83a9-6fcf49b2f506&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall>. Acesso em: 12 abr. 2022.

TINOCO, V. O luto de crianças institucionalizadas em casas abrigo. Campinas: Livro Pleno, 2005.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. 2°. ed. São Paulo: Cada do Psicólogo, 2013.

WEBER, L. N. D. Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção. Curitiba: Juruá, 2011.

WEBER, L.N.D. Laços de ternura: Pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

Gabriela Matrone Dias

Contato: gabrielamatrone@gmail.com

Marcelo Moreira Neumann

Contato: marcelo.neumann@mackenzie.br